

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Paraíba Previdência – PBPREV.

Aposentadoria Voluntária por Tempo de

Contribuição. Preenchidos os requisitos

constitucionais, legais e normativos, julgam-se

legal o ato concessivo e correto o cálculo de

proventos elaborado pela origem.

ACÓRDÃO AC2-TC-02974/2016

1. PROCESSO TC Nº: 12682/16

2. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA

2.1. - APOSENTANDO(A):

2.1.1.- NOME: MARIA DE LOURDES FERREIRA DOS SANTOS

2.1.2.- QUALIFICAÇÃO: Técnica de Nível Médio matrícula nº **96.219-8**, lotada na Secretaria de Estado da Educação.

2.2. – DATA DO ATO APOSENTATÓRIO: 27.05 2016

2.3. – DATA DA PUBLICAÇÃO: 14.06.2016

2.4. – AUTORIDADE EMITENTE: Presidente da PBPREV

3.RELATÓRIO DA AUDITORIA: Pelo registro do ato concessivo, expedido por autoridade competente em favor de servidor legalmente apto ao benefício, entendendo corretos os dados de tempo de serviço e o cálculo de proventos feito pela origem.

4.PRONUNCIAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: oral, proferido na sessão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, na sessão realizada nesta data, ACORDAM, à unanimidade de votos, conceder registro ao ato aposentatório da servidora, **MARIA DE LOURDES FERREIRA DOS SANTOS**, matrícula **Nº 96.219-8** tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos de proventos feitos pela origem.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.

TCE-Sala das Sessões da 2ª Câmara-Miniplenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa.

João Pessoa, 08 de novembro de 2016

Cons. Arnóbio Alves Viana Presidente e Relator

Representante do Ministério Público Especial/TCE

mgd

Assinado 16 de Novembro de 2016 às 09:42



Assinado Eletronicamente conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e pelo Regimento Interno, alterado pela RATC 18/2009

Cons. Arnóbio Alves Viana

PRESIDENTE E RELATOR

Assinado

22 de Novembro de 2016 às 09:06



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e pelo Regimento Interno, alterado pela RATC 18/2009

Manoel Antonio dos Santos Neto

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO